

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho
O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e
perspectivas

GT 15 - Conflictividad laboral, sindicalismo y movimientos sociales en
América Latina en el siglo XXI

**“A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000: as bases sociais e
o perfil político ideológico de CTB, Intersindical e Conlutas”**

Paula Marcelino (USP)

Patrícia Trópia (UFU)

Andréia Galvão (Unicamp)

São Paulo, novembro de 2012

“A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político ideológico de CTB, Intersindical e Conlutas”

Resumo simples

O trabalho que propomos tem como objetivo analisar três distintas organizações, formadas ao longo dos anos 2000 a partir de dissidências da Central Única dos Trabalhadores (CUT): uma central estritamente sindical, a CTB (Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); uma central sindical e de movimentos populares, a Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) e a Intersindical, um agrupamento nacional de sindicatos. Essa análise será feita comparando-se os dados colhidos por meio de *surveys* realizados com os delegados participantes de congressos e plenárias nacionais das três organizações em 2008 e 2009. Comparamos o perfil socioeconômico e político-ideológico dos delegados e o perfil das entidades por eles representadas e identificamos, além de distintas raízes partidárias, semelhanças e diferenças entre as bases sociais dessas organizações.

“A reorganização da esquerda sindical nos anos 2000: as bases sociais e o perfil político ideológico de CTB, Intersindical e Conlutas”

Resumo expandido

A reconfiguração do movimento sindical brasileiro nos anos 2000 é o tema geral deste trabalho. Entendemos que esse movimento passou por um período de mudanças importantes na década de 2000. Em razão de diferenças políticas em torno dos governos Lula e das possibilidades abertas com a lei de reconhecimento das centrais de 2008 (Lei 11.648), a esquerda sindical se dividiu e da maior organização de cúpula do sindicalismo do país, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), saíram sindicalistas para fundar outras três organizações de abrangência nacional: CTB (Central Geral dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas) e Intersindical¹.

A Conlutas surgiu em março de 2004, a partir de algumas correntes que, como dissemos, integravam a CUT: o Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e algumas correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), entre elas o Movimento de Esquerda Socialista (MES), o Movimento de Ação Sindical (MAS) e o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). A saída dessas correntes foi provocada por dois fatores: em primeiro lugar, suas lideranças e militantes tinham uma posição crítica em relação ao apoio da CUT ao governo Lula; em segundo, essas correntes se opunham à participação da central nos organismos tripartites (o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – e o Fórum Nacional do Trabalho – FNT) criados pelo governo para discutir as reformas previdenciária, tributária, trabalhista e sindical.

A Intersindical, por sua vez, foi criada em 2006 e seu objetivo principal, segundo o seu Manifesto de Fundação, era resgatar os princípios fundamentais que teriam norteado a fundação da CUT. A Intersindical propõe-se a organizar os sindicatos a partir da base, condicionando à vontade dessas a criação ou não de uma nova central sindical. Essa nova organização deveria se constituir em um instrumento político e

¹ Estas três novas centrais passam a compor, com a União Geral dos Trabalhadores, a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Força Sindical e a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), o atual cenário sindical no Brasil.

organizativo capaz de disputar os rumos do sindicalismo, em resposta ao que é identificado como uma crise do conjunto do movimento sindical – decorrente da ofensiva neoliberal e de suas consequências em termos de precarização das condições de trabalho e emprego – e uma crise específica da CUT.

A CTB também se origina de uma corrente atuante no interior da CUT. Suas origens remontam à atuação da Corrente Sindical Classista (CSC), que no período democrático pós-1985 integrou, inicialmente, a antiga Central Geral dos Trabalhadores (CGT), mas que, em 1988, rompeu com esta central e, em 1990, passou a integrar os quadros da CUT. A permanência dos sindicalistas da CSC dentro CUT se estendeu por um período de dezesseis anos. No 9º Congresso Nacional da CUT, em 2006, a aliança com essa central foi rompida e, em 2007, a CTB foi fundada. As razões desta ruptura com a CUT diferem daquelas que motivaram a saída das correntes que fundaram a Conlutas e a Intersindical. Segundo Wagner Gomes, presidente da CTB, em 2005 a CSC representava quase 20% da CUT e desde essa época seus integrantes já pensavam em criar uma central. Para os sindicalistas da CSC, a CUT não cumpria mais o papel de representar a diversidade do movimento sindical. Uma das principais divergências dos sindicalistas ligados à CSC em relação ao grupo majoritário da CUT era a defesa, por esse último, da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Entre outros pontos, essa Convenção indica a adoção do pluralismo sindical, princípio que contrasta com a histórica defesa da unicidade sindical por parte dos sindicalistas ligados à CSC e à CTB. Na concepção desta corrente sindical, o pluralismo enfraqueceria o movimento sindical ao estimular a divisão dos trabalhadores de uma categoria em diferentes sindicatos.

Nem todas essas três organizações são ou pretendem ser centrais sindicais reconhecidas por lei. A CTB conseguiu seu reconhecimento oficial pelo Estado brasileiro na primeira avaliação feita pelo Ministério do Trabalho e do Emprego depois da promulgação da lei de reconhecimento das centrais, já em 2008. A Conlutas – que a partir de dezembro de 2010 passou a se denominar CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular – Coordenação Nacional de Lutas) busca o reconhecimento; mas, até 25 de maio de 2012, segundo o último despacho registrado no Diário Oficial da União sobre o tema, ainda não o havia obtido. A Intersindical, por sua vez, não busca esse reconhecimento. Embora dividida em duas desde 2008, a Intersindical “Instrumento de luta e organização

da classe trabalhadora” e a Intersindical “Instrumento de luta, unidade de classe e construção de uma nova central” mantêm o princípio de que uma central sindical nova deve ser construída por um movimento preliminar nas bases.

O objeto deste trabalho são estas três novas organizações, criadas nos anos 2000, dissidentes da CUT e que se situam no campo político ideológico de esquerda no sindicalismo. Embora estejam no campo da esquerda sindical, Conlutas, Intersindical e CTB tem raízes partidárias, concepções sindicais e posições políticas distintas. Nosso objetivo é fazer uma análise comparativa das bases sociais dessas três organizações. Essa análise será feita comparando-se os dados colhidos por meio de surveys, técnica de pesquisa quantitativa composta por várias etapas, uma das quais consiste na aplicação de questionários. Segundo nossa hipótese, para compreender o comportamento político de cada central, não é suficiente analisar as orientações ou o discurso de suas lideranças ou a filiação/preferência partidária delas. No nosso entendimento, as centrais representam, e neste sentido expressam, através do seu posicionamento diante dos governos e das suas políticas sociais e econômicas, os interesses de suas bases sociais. Por isso, nos anos de 2008 e 2009 aplicamos questionários em congressos e plenárias nacionais das três organizações; todos contavam com delegados eleitos em suas bases e pretendiam reunir representantes de todas as regiões, estados e cidades onde cada organização estivesse presente. Estes questionários visavam traçar o perfil socioeconômico e político-ideológico dos delegados participantes e o perfil das entidades que eles representavam. Aproximadamente 1500 questionários foram aplicados juntos aos delegados das três organizações. Relataremos, brevemente, alguns dos dados obtidos.

Uma primeira comparação pertinente é aquela que se refere à composição de gênero das três organizações. Em todas prevalecem os homens: 56,8% na Intersindical – das três, aquela em que as mulheres estavam numericamente melhor representadas –, 64,6% na Conlutas e 70,1% na Intersindical. Esses dados confirmam a tradição masculina de composição do movimento sindical, mesmo quando este se organiza juntamente com o movimento popular, como no caso da Conlutas.

No que se refere à escolaridade dos delegados que responderam à pesquisa, observamos que nas três organizações o número de trabalhadores que possuem escolaridade compatível com a média dos brasileiros – que, segundo os dados do IBGE é de 7,4 anos, ou, fundamental incompleto – é baixo: 5,7% na Conlutas e na Intersindical e,

um pouco maior na CTB (9,9%). Nossa pesquisa releva, não obstante, que os pesquisados têm um alto nível de escolaridade, sendo que Conlutas e Intersindical também se aproximando nas faixas mais altas – ou seja, naquelas que vão de superior incompleto à pós-graduação –: ambas com mais de 60% dos seus delegados. No caso da CTB, essa porcentagem cai para 47,8%.

Em quais setores econômicos estas três organizações estão majoritariamente enraizadas? A presença majoritária de funcionários públicos entre os pesquisados é outro fator de aproximação entre Conlutas (55,6%) e Intersindical (54%). Hoje essas são as duas centrais de oposição aos governos do Partido dos Trabalhadores no âmbito federal. Ambas foram formadas no bojo da reforma da previdência do primeiro governo de Lula da Silva, reforma essa que atingiu os funcionários públicos com a quebra da aposentadoria integral. Ao contrário, na CTB, central que se constitui como força apoio e de onde saíram quadros para composição dos escalões intermediários dos governos Lula e Dilma, a maioria dos pesquisados é de trabalhadores urbanos do setor privado da economia (40,3%), embora um número expressivo, 31,3%, seja também de funcionários públicos.

Os dados sobre a distribuição dos delegados entre os diferentes setores econômicos mostram traços importantes sobre o perfil de filiação do sindicalismo de esquerda. Tal como acontecia na CUT, o setor de Educação e Cultura é forte nas três centrais analisadas; em todas elas, esse é o setor em que trabalha a maioria dos respondentes de cada um dos eventos pesquisados. Novamente uma semelhança importante em termos de porcentagem pode ser observada entre Conlutas e Intersindical: 35% e 36%, respectivamente, de trabalhadores ligados à educação e cultura. Particularidade da Intersindical é a presença de trabalhadores do sistema financeiro – maioria, bancários. Na CTB identificamos a maior porcentagem de trabalhadores do setor agrícola (20,8%).

A análise da renda dos delegados é outro aspecto que revela características importantes da composição social da CTB, da Conlutas e da Intersindical. Inicialmente vale destacar que a faixa que concentrou maior número de respondentes da Conlutas e da CTB é aquela que vai até três salários mínimos: 41% e 41,6% respectivamente. Na Intersindical – organização que tinha a maior quantidade de delegados com alto nível de escolaridade (62,8% com superior incompleto ou mais) – a maioria não absoluta dos

pesquisados (37,9%) encontra-se na faixa dos que percebem renda maior que três até cinco salários mínimos. Somadas as duas faixas iniciais, identifica-se a maioria absoluta nas três organizações; em ordem crescente: Conlutas, 64,1%; CTB, 65,2% e Intersindical, 73%. Nossa pesquisa também captou que na Conlutas se encontra a maior quantidade de delegados que não têm renda (11,6%), muito provavelmente em razão da presença de ativistas ligados aos movimentos sociais.

A CTB é uma central que tem como princípio a defesa da estrutura sindical brasileira na sua configuração atual. Esse dado se reflete nas respostas dos delegados para a pergunta sobre a unicidade sindical: 84,1% dos delegados da CTB defende o princípio da unicidade. A maioria absoluta dos delegados da Intersindical, embora proporcionalmente menor que a registrada na CTB, também defende a unicidade como princípio de organização do sindicalismo brasileiro: 60,8%. Na Conlutas, provavelmente em função da presença dos movimentos sociais (cujos representantes também respondiam a pergunta), a maioria, ainda que não a absoluta, respondeu o contrário: 47,8% dos delegados entendiam que deveria haver disputa entre organizações sindicais por uma determinada base – pluralismo que, de resto, ocorre em todos os outros tipos de movimento: estudantil, de mulheres, de sem terra, sem teto, negro entre outros. A defesa de aspectos ou da totalidade da estrutura sindical é uma característica comum entre as três organizações, ainda que em graus diferentes.

CTB, Conlutas e Intersindical são, cada uma, hegemônicas por um partido político: na CTB domina o Partido Comunista do Brasil (PC do B); na Conlutas, a hegemonia está do PSTU e na Intersindical, o PSOL é dominante. Entendemos que esse é um fator determinante na estruturação e na ação dessas organizações. Basearemos nossa análise, pois, neste fator partidário, no conjunto dos dados socioeconômicos e políticos ideológicos dos delegados e no perfil de suas entidades que eles representavam².

² Este trabalho é resultado parcial de um projeto mais amplo que vem sendo desenvolvido desde junho de 2008 com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através da dotação de recursos; do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop), com apoio no tratamento dos dados, e do Centro de Estudos Marxistas (Cemarx) de onde provém a maior parte dos 15 pesquisadores responsáveis pela aplicação dos questionários nos diversos eventos sindicais de abrangência nacional pesquisados. Cesop e Cemarx são, ambos, centros pertencentes à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Coordenam a pesquisa as professoras proponentes: Paula Marcelino (USP), Patrícia Trópia (UFU) e Andréia Galvão (Unicamp).